



Anais da Assembléia

Nº 19

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Tachy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

SÚMULA: Ficam transformados, setenta e oito (78) cargos do Quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia, em cento e sessenta e dois (162) cargos símbolos "G", conforme especifica.

Data: 03 de março de 1997.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam transformados, setenta e oito (78) cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em cento e sessenta e dois (162) cargos símbolos "G", conforme especifica:

(07) sete cargos de Ascensionistas, (05) cinco cargos de Telefonista, (05) cinco cargos de Auxiliares da Administração "A", (05) cinco cargos de Auxiliares Legislativos "A", (05) cinco cargos de Oficial Administrativo "A", (05) cinco cargos de Oficial Legislativos "A", (03) três cargos de Fisioterapeutas, (03) três cargos de Psicólogos, (02) dois cargos de Enfermeiros, (02) dois cargos de Taquígrafos "B", (08) oito cargos de odontólogos, (08) oito cargos de Médicos, (07) sete cargos de Consultores Legislativos "B", (10) dez cargos de Secretário de Comissão, (02) dois cargos de Consultores Técnicos às Comissões e (01) um cargo de Consultor Técnico "A".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de março de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.03.97.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1997. (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irandi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppato, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achar-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata 03 da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa deferir e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.
É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Solicito a dispensa da chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Atendendo à solicitação do Deputado Plauto Miró Guimarães, está dispensada a Chamada Nominal dos Srs. Deputados.

Novamente em discussão a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por 10 sessões do item 03, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 402/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, constante da Ordem do Dia da presente sessão (04/03).

Sala das Sessões, em 04.03.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Agrária Engenharia e Consultoria S/A, Empresa de Desenvolvimento de Estudos e Projetos para o Setor Rural Paranaense, que há 10 anos atua no território brasileiro e no exterior, figurando com um marco do Estado do Paraná no segmento agrícola.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor-Presidente daquela empresa, Senhor Joaquim Severino, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 13 de Maio nº 336 - 8º andar, CEP: 80020-270, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.03.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de congratulações ao Exmo. Sr. Ricardo Sampaio, pela convocação para atuar junto ao Tribunal Superior do Trabalho em Brasília, fazendo parte do programa que vem sendo desenvolvido pelo presidente daquele Tribunal o Ministro Ermes Pedro Pedrassani, que tem por objetivo diminuir a quantidade de causas trabalhistas a nível nacional.

Neste termos pede deferimento, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.03.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de Congratulações e aplausos à Sua Excelência Reverendíssima Dom Walter Michael Ebejer, Bispo Diocesano de União da Vitória, pela passagem do 20º aniversário da instalação da Diocese, a ser comemorado no próximo dia 06 de março.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Sua Excelência Reverendíssima Dom Walter Michael Ebejer.

Sala das Sessões, em 04.03.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

União da Vitória e toda a região comemora com entusiasmo a passagem do 20º aniversário de instalação da Diocese que tem à frente o Bispo Diocesano Dom Walter Michael Ebejer.

Como representante da região na Assembléia Legislativa do Paraná, coube-nos saudar Dom Walter Michael Ebejer que há 20 anos pisou pela primeira vez no solo de União da Vitória. Foi grande a satisfação que a população da região sentiu ao constatar que um prelado da estirpe de Sua Excelência Reverendíssima, condescende em descer até ela. Honrou-nos, sobretudo, a chegada de Sua Excelência, a todos nós ovelhas submissas do seu imenso rebanho para atender à sua benção paternal.

A fama de sua piedade e de sua abnegação ecoou até a população, não sendo, portanto, desconhecida a auréola de santidade que lhe nimba a fronte, sendo pois, o portador não só da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs.

A ação de Sua Excelência Reverendíssima nestes 20 anos, tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, é um penhor seguro de conforto para as almas que se acham sob sua jurisdição eclesiástica.

É Sua Excelência, um daqueles que Cristo elegeu para lançarem os alicerces da sua igreja, tomando-se o portador não só da palavra divina mas, o exemplo vivo das virtudes Cristãs.

Passar pelo mundo fazendo o bem é apanágio dos bons. Viver em meio de uma sociedade e conquistar-lhe a estima e a veneração é uma felicidade. Foi o que adquiriu Dom Walter, alma generosa, feita de amor e bondade. Nem poderia ser de outra forma. Dedicado até ao sacrifício, não conhece o cansaço quando se trata de aliviar a dor alheia. Onde houver um sofredor, lá está Dom Walter a esparzir-lhe sobre a fronte os eflúvios da caridade divina.

Como ovelhas submissas, portanto, toda a população da região de União da Vitória, continuará pronta para a palavra do pastor, a imitar os seus exemplos, a seguir os seus passos por mais árduo que seja o caminho a trilhar.

Ilustre príncipe da Santa Madre Igreja, vindo da lon-

gínqua "MALTA", esteja certo que se acha entre filhos que estarão sempre ansiosos por lhe demonstrar seu apreço e afetuoso amor filial.

Que Deus o conserve Dom Walter, para o bem de todos nós e glória de seu serviço, é o que deseja ardentemente, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado.

REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando liberação de recursos financeiros para construção de cancha poliesportiva na FECLI - UNICENTRO do Município de Irati.

A Faculdade de Educação Ciências e Letras de Irati - FECLI, encontra-se em fase de implantação do curso de Educação Física, ampliando a oferta de Cursos, pois a FECLI se reveste de uma grande esperança e expectativa no ensino superior para toda a região Centro-Sul do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente aos Deputados Federais e Senadores, pelo Estado do Paraná, solicitando especial atenção quanto a possível prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, através do Governo Federal.

O assunto é da mais alta importância aos Municípios, pois, trata-se da possível prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, que tirou 20% da transferência do FPM-Federal (Imposto de Renda e IPI), conforme matéria estampada no Jornal Folha de São Paulo.

Os municípios de pequeno porte, principalmente, necessitam do FPM para sobreviverem e o Governo Federal não pode continuar a cobrir seus "furos" de caixa com o dinheiro das Prefeituras Municipais, levando-as à falência, deixando os municípios sem estrada com precários atendimentos de saúde e educação.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de agilizar a implantação de um hidrômetro na residência localizada na Estrada da Ribeira nº 180 - Atuba. O pedido já foi feito pela Sra. Júlia Lopes Alaiko há 02 (dois) meses atrás sob Protocolo 9701281619069-81. Informações complementares podem ser obtidas com a requerente pelo fone nº 254-3000 (comercial)

Sala das Sessões, em 04.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Com-

panhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água no Bairro Santa Tereza - Colombo, tendo em vista que a mesma só vem de madrugada, causando uma série de problemas para os moradores do local. O pedido está sendo feito pela Sra. Carmem Lúcia Bruglimun - fone 222-1495 - em nome de toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 238

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando determinar ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a contratação e/ou credenciamento de mais médicos para a realização de exames de vista nos candidatos à motorista, em Ponta Grossa, neste Estado.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) PÉRICLES DE MELLO.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os candidatos à habilitação como motorista ou à renovação dos exames em Ponta Grossa estão esperando mais de um (1) mês para realizar os exames de vista com a alegação de que existe apenas um médico para essa tarefa.

REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Alberto Piekas - Cachoeira, os quais solicitam a limpeza de um terreno baldio localizado ao lado do nº 42 da citada rua. Os vizinhos das proximidades jogam lixo neste terreno e o ideal seria a colocação de uma placa proibindo tal ato.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água no Bairro São Braz. Os moradores da Av. Toaldo Túlio vem sendo prejudicados com a constante falta de água, bem como toda a população que reside nesse bairro.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Colégio Estadual José Fressato, localizado na Vila São José, tendo em vista a presença de desocupados que ficam agredindo os alunos na saída das aulas. A situação é crítica uma vez que o local é perigoso devido a presença desses agressores, deixando todos os alunos e pais muito apreensivos. Pe-de-se urgência ao atendimento do presente, procurando-se desta forma evitar algum acontecimento mais grave

que possa vir a ocorrer.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 240

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente a CODAPAR, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

01 - Em que período foi desenvolvido o programa de distribuição de ovelhas;

02 - Quantas ovelhas (macho e fêmeas) foram distribuídas;

03 - Quantos e quais produtores foram atendidos (informar o nº de ovelhas que recebeu e o município onde se localiza a propriedade);

04 - Quantos e quais produtores já desenvolveram as ovelhas conforme estabelecido no programa.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) ORLANDO PESSUTI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 044/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa" DASAP Norte Paranaense, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, comprova-se que o "Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa" - DASAP Norte Paranaense, preenche os requisitos legais necessários a sua declaração como de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, prestando desinteressadamente serviço à coletividade, principalmente no âmbito de Assistência Social e Beneficente.

Outrossim, a referida Entidade não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e não remunera sua Diretoria.

A presente iniciativa, além de inserir a Entidade no rol do reconhecimento público, representa ainda o aplauso e incentivo ao muito que o Departamento Social Adventista da promessa vem realizando e, certamente, continuará a realizar no campo da beneficência, promovendo o desenvolvimento da comunidade e procurando soluções para seus problemas.

PROJETO DE LEI Nº 045/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Bocaiúva do Sul, com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato Rural de Bocaiúva do Sul, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi criada em 16 de março de 1986 e registrada sob nº 1680 Livro

B-4e, de Registro de Pessoas Jurídicas, Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.

O Sindicato Rural de Bocaiúva do Sul, tem por finalidade cooperar com os poderes públicos e entidades afins, presta atendimento nas áreas jurídicas, sociais, educacionais e administrativas, para os segmentos da sociedade que o procura.

Além das finalidades acima mencionadas, o Sindicato procura desenvolver programas de apoio comunitário em colaboração com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais principalmente.

Para o cumprimento de suas finalidades o Sindicato procura desenvolver suas metas de trabalho dentro de uma filosofia voltada ao atendimento de pessoas menos favorecidas, integrando sempre com entidades congêneres naquilo que lhe couber.

Como todos sabemos, não há justiça sem a lei, e portanto, o mínimo que poderíamos fazer para minimizar o problema da classe menos privilegiada seria propor a esta casa a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 046/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo com sede e foro no Município de Nova Esperança.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Nova Esperança.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 047/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade de Assistência Bom Pastor, com sede e foro no Município de Nova Esperança.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Nova Esperança.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 048/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato Rural do Município de Marilândia do Sul - SIRMS, com sede e foro na cidade de Marilândia do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.97

(a) HIDEKAZU TAKAIAMA.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato Rural do Município de Marilândia do Sul - SIRMS, que ora pretendemos seja declarado de Utilidade Pública foi criado em 25 de maio de 1989, e registrado sob o nº 126 Livro A/1 de Pessoas jurídicas

em 04 de julho de 1989, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná.

O Sindicato, que tem por finalidade cooperar com os poderes públicos e entidades afins, presta atendimento nas áreas jurídicas, sociais, educacional e administrativas, para os segmentos da sociedade que o procura.

Além das finalidades acima mencionadas o Sindicato procura desenvolver programas de apoio comunitário em colaboração com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais principalmente.

Para o cumprimento de suas finalidades o Sindicato procura desenvolver suas metas de trabalho dentro de uma filosofia voltada ao atendimento de pessoas menos favorecidas, integrando sempre com entidades congêneres naquilo que lhe couber.

Pelos fatos de tanta relevância, acima expostos estamos certos de contar com o apoio dos nobres pares, para aprovação do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo

Expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Inneu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Venho aqui reforçar a falação de ontem a tarde que, usou esta tribuna o Deputado Orlando Pessuti, e há poucos dias também o Deputado Augustinho Zucchi, com a preocupação do repasse do recurso do PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, inclusive a preocupação do Deputado Toti Colaço.

Senhores Deputados, o PRONAF Investimentos é um recurso que foi mandado para o Sul do Brasil na ordem de trezentos milhões de reais vindos do BNDES. E, aqui no Paraná, a instituição financeira que fez o convênio para repassar os recursos aos agricultores é o Banco do Estado do Paraná. Então, mediante um projeto assinado pela EMATER, o agricultor vai até o banco, apresenta o projeto de viabilidade técnica e financeira ao gerente e este comunica ao BNDES que libere o recurso colocado em uma conta corrente do agricultor. Esta é a burocracia que existe. Ou seja, o BANESTADO não recebe o recurso para repassar. Com tudo, se houver inadimplência é o banco que acaba arcando com o prejuízo.

A PRONAF Investimentos está enfrentando hoje, por conta do BANESTADO, problemas operacionais. O excesso de zelo; o excesso e cuidado que o Banco está tendo para evitar a inadimplência e assegurar o retorno desses investimentos está inviabilizando, porque o recurso está disponível, em outros Estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul estão fazendo rapidamente projetos, aprovando estes projetos e pegando o dinheiro do BNDES. Agora, na hora que acabarem os recursos, vamos ficar "a ver navios". Nós, os Pequenos Agricultores.

Então, é a operacionalidade do Banco que está atrapalhando. O PRONAF Investimentos, segundo Resolução do Banco Central, também é para consertar máquina agrícola; para arrumar implemento agrícola, para fazer a reforma no trator, e isto não está sendo feito. Também é para o meeiro, o arrendatário e não está sendo feito, pois existe o excesso de zelo. Com relação as reformas dos equipamentos é o BANESTADO tem que deixar isto de lado e começar a financiar. Se, existir algum problema, tem como rever este recurso com facilidade, pois os investimentos em reformas são mínimos.

Com relação aos meeiros, os arrendatários, a alegação é que tem grande proprietário repartindo a propriedade em supostos arrendatários. A preocupação é louvável, contudo se pudesse pedir uma declaração, do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, outra declaração da Associação Comercial da cidade, a declaração da Associação dos Suinocultores e outras sociedades semelhantes, Sindicatos Rurais, etc. Fazendo testemunho que o agricultor é arrendatário, com isso você elimina essas pessoas que usam de má-fé para conseguir esses recursos.

O Deputado Toti Colaço está pedindo som no microfone. Enquanto o som não aparece, Deputado Toti Colaço, eu concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo ao orador presente no Pequeno Expediente, o Horário do PT para que os apartes possam ser concedidos.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado Senhor Presidente. Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Aparte) - Queria cumprimentar V.Exa. pelo assunto que traz para esta tarde, a ser debatido na Assembléia. Ontem foi aprovado pela Casa um Requerimento de nossa autoria com as explicações técnicas feitas pelo nosso Líder Deputado Orlando Pesutti a respeito do PRONAF. Recebi através da Liderança do Governo um fax do dia 25 de fevereiro, para ilustrar o que V.Exa. vem colocando aí. Queria deixar claro para a Assembléia Legislativa, para que todos os Senhores Deputados tomem conhecimento, do que é que aconteceu até o dia 25 de fevereiro, com relação aos recursos do PRONAF, na área de investimento.

Por região: Região de Cascavel, zero. Curitiba uma proposta feita e autorizada. Região de Londrina, 26 propostas que foram autorizadas. Região de Maringá 144 propostas, que foram autorizadas no valor de 1.561.080 reais. Região de Pato Branco 5 propostas autorizadas. Região de Ponta Grossa até dia 25 de fevereiro, nenhuma proposta autorizada. Santo Antonio da Platina 37 propostas autorizadas. A região de Umuarama 38 propostas autorizadas. Então quando foi aprovado o Requerimento, na tarde de ontem e hoje mantive contato com o Departamento de Carteira Agrícola do BANESTADO, ele me informava que existem outros números a partir de 25 de fevereiro para cá existe uma mudança das decisões aqui. O que me surpreendeu, quero falar aqui da região de Ponta Grossa, principalmente, a outra é a região de Irati afeta no atendimento através do BANESTADO, que nenhuma proposta de investimento até o presente momento foi autorizada pelo BANESTADO. São milhares de pequenos agricultores que congregam toda a região dos Campos Gerais, região de Guarapuava e vai até União da Vitória, respectivamente, a região de Irati. São quatro microrregiões, que até o presente momento, não foi autorizado ainda nenhum pedido de investimento conforme Vossa Excelência, Deputado Irineu Colombo vem falando até o presente momento. O que dirá ainda, de Cascavel, Pato Branco assim por diante. Eles hoje estão empenhados em dar esclarecimentos, sobre os financiamentos da área de investimentos. Mas eu insisto pelos recursos para o custeio para os pequenos agricultores do sul do Paraná, principalmente. Então eu quero cumprimentar V.Exa. é um assunto de mais alta importância e esta Casa tem que tratar se possível for quase diariamente, até porque lá na base dos agricultores, são comboios de agricultores que saem do interior de Irati, rumo à Curitiba, rumo a outras regiões, estão abandonando completamente, as suas lavouras e as suas atividades agrícolas.

O SR. IRINEU COLOMBO - Deputado Toti, é importante que a agricultura nacional, especialmente, para o pequeno agricultor, diante da pouca versatilidade em se

adaptar a realidade da abertura econômica, é necessário este recurso. Tanto é uma briga histórica o surgimento do financiamento de recursos para a agricultura familiar. O PRONAF custeio - no ano passado nós aprovamos aqui um requerimento para que o BANESTADO também recebesse o recurso do PRONAF custeio e em que pese estar deficiente em alguns pontos, está melhor do que o PRONAF Investimentos. Em janeiro tínhamos problemas com a tramitação dos projetos, porque na EMATER, muitos técnicos em férias, tinham dificuldades operacionais. Aí, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais começou a fazer um trabalho diferente, porque em tempos passados, quando havia o recurso, por exemplo, o PRONAF - Custeio, os agricultores apresentaram um projeto, o dinheiro aparecia e no entanto, era inviável tecnicamente o projeto. Quando chegavam aqui em Curitiba para reclamar, e isso aconteceu em Santa Helena, dizia-se: "Olha, lá no teu banco foram tantos milhões e ninguém aprovou o projeto", mas acontece que muitas vezes o projeto não era nem apresentado, porque o gerente já dava a negativa de antemão. O que os sindicatos fizeram desta vez? Todos os agricultores que estão indo ao banco, estão passando nos sindicatos e dizem: "Hoje, entrei em contato com o gerente fulano de tal, pedi proposta para isso e isso. Minha propriedade é tanto, quero consertar o meu trator, quero fazer isso, isso e isso". Então está se acompanhando com estatística da demanda no Estado do Paraná. Portanto, nenhum gerente de área tal, do BANESTADO ou de qualquer banco, Banco do Brasil no caso do PRONAF - custeio, vai poder alegar estatística diferente. Estão fazendo uma estatística paralela de acompanhamento dessa demanda.

Estarei apresentando aqui nesta Casa nesta tarde e peço a compreensão da liderança do governo através do Deputado Valdir Rossoni, um requerimento que é para que o governo do Estado estude uma proposta em virtude do perigo da inadimplência, de arcar parte com o Tesouro Estadual aos moldes do "Pavão Cheia" e também, pedindo ao BANESTADO que viabilize urgentemente essa proposta dos meeiros arrendatários. Simples. Para qualificá-los como meeiros arrendatários, é só exigir mais do que uma declaração de entidades idôneas da cidade, do sindicato rural, da associação dos suinocultores, Associação Comercial. Existem entidades aos montes, em cada município, para que proceda a qualificação, pelo menos o atestado de que aquele agricultor é realmente meeiro para evitar fraudes e má-fé. Então peço que esses dois requerimentos sejam aprovados aqui nesta Casa, mostrando que os deputados estaduais estão preocupados com a situação da pequena agricultura que está falindo. O preço do produto está caindo daquilo que pode viabilizar a pequena agricultura como hortifrutigranjeiros. O leite está em péssimas condições. Com pequeno investimento, quem sabe, pode gerar maior produtividade e esse investimento que é um juro relativamente barato. É um juro de 2% fixos com rebate de 50%. A previsão fica em torno de 8% ao ano. É um dinheiro razoavelmente barato nas condições atuais do Brasil que tem investido num projeto de viabilidade técnica onde se paga e sobra muito dinheiro e com isso, vão salvar a pequena agricultura, acredito eu. Concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Há poucos dias atrás eu conversei com V.Exa. e disse que tenho recebido inúmeras reclamações do interior do Estado com relação ao PRONAF. V.Exa. lembrou bem. É uma reivindicação antiga, uma briga grande de todas as lideranças e essa Casa participou junto com sindicatos e com as lideranças do interior do Paraná, para que fizéssemos o PRONAF do custeio. Nesta semana que passou, recebi mais de 20 sindicatos dos trabalhadores rurais, do interior do Paraná,

juntamente com a FETAEP e me colocaram essa situação, além daquela oportunidade que V. Exa. conversou com o Presidente do BANESTADO, eu, como presidente da Comissão de Agricultura conversei por duas vezes subsequentes a essa, com relação à questão do PRONAF e até na quinta-feira passada somente 243 propostas em todo o Paraná tinham sido liberadas pelo banco. Já dei a minha opinião particular que é a seguinte: pela via de crédito normal os nossos produtores rurais não receberão mais suporte para agüentar esse esquema da globalização que o Governo Federal se eximiu de qualquer responsabilidade e deixou os agricultores produzindo sem garantir preço nem recursos para a comercialização, nem seguro, nada!

Então nossa preocupação é nos somarmos a V. Exa. no sentido de estabelecer ao Banco do Estado alguma fórmula que possa aumentar a sensibilidade das agências no sentido de repassar esses recursos. Agora, conversei neste final de semana com alguns gerentes das agências, é o seguinte: os itens financiáveis foram eliminados, alguns, pelo próprio banco, pela diretoria do banco. E obviamente que há uma pressão com relação às agências bancárias no sentido de empréstimo. Uma coisa que nós temos que trabalhar para que o banco entenda é de que os pequenos agricultores que já financiaram a sua safra, que já financiaram investimento e outros programas que o governo fez, como a Panela Cheia, por exemplo, foi o menor índice de inadimplência que o banco teve na sua carteira de crédito rural até hoje. Razão pela qual, acho que a tradição em financiar para o pequeno produtor o banco já tem. A verdade é que tem que ter uma vontade a mais para que os nossos produtores tenham acesso a esse recurso. E não tem outra forma do pequeno produtor ter algum recurso que não seja através do PRONAF. Então acho que temos que trabalhar neste sentido. E os agricultores tenham possibilidade de maior acesso a esse recurso. E no mais, trabalharemos evidentemente para, rapidamente, captar esse recurso, porque são 350 milhões e daqui a pouco não temos mais recurso aí.

Gostaria de dizer que a Comissão de Agricultura da qual sou Presidente, com a participação de V. Exa. e de outros Deputados, aqui, o Deputado Pessuti como Presidente do Bloco Parlamentar, acho que temos que continuar trabalhando para que o banco possa abrir aí um pouco mais esse acesso aos nossos pequenos produtores.

Obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado Deputado.

Outro requerimento que estarei apresentando, aqui, é uma proposta do próprio Presidente do BANESTADO que requer ao BNDS um estudo que o BNDS ficasse com 50% dos riscos dos inadimplentes. Porque o BANESTADO é um repassador, a venda negativa do pagamento ele arca com esse prejuízo. Apesar de que, historicamente, se você pegar os inadimplentes, os que fizeram securitização dá 98% de grandes proprietários e 2%, apenas, pequeno agricultor.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte?
(Assentimento).

Apoiamos já a iniciativa de V. Exa. em propor este requerimento, até porque em recente reunião que tivemos com o Presidente do BANESTADO a convite do Líder do Governo, Valdir Rossoni, quando discutimos a questão do funcionalismo do BANESTADO, estes ajustes todos, o Presidente foi claro em afirmar que o BANESTADO não iniciaria, não levaria adiante a questão do PRONAF Investimentos, justamente por causa desse risco de inadimplência que ele não queria assumir sozinho - este risco - através do BANESTADO.

Na última semana, se não me falha a memória,

quinta-feira, li num dos jornais do Paraná, uma notícia de que o Governo Federal já estaria estudando um mecanismo de fazer a parceria com bancos estaduais e outros agentes financeiros, no sentido de criar um fundo, criar uma garantia para essa possível inadimplência.

Então é necessário que façamos este trabalho imediatamente, porque já estamos aí há mais de um ano com esse programa sendo divulgado, sendo anunciado e a viabilização dele junto aos pequenos agricultores está muito reduzido, muito lento.

Então há a necessidade que façamos este trabalho de pressão, até diria, de proposta, de sugestões para que possamos de uma vez por todas ver os recursos que são viabilizados, como esse que foi viabilizado a nível federal, para apoiar o pequeno agricultor, para apoiar a agricultura familiar, para que ele chegue efetivamente ao seu destino que é o produtor rural. Louvo essa atitude que vem fazendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entendendo que as Câmaras de Vereadores, - e temos aqui prestigiando a nossa Sessão hoje, Vereadores e Prefeitos, - que as Prefeituras Municipais deveriam realmente a nível de município, estabelecerem parcerias com Sindicatos, com Cooperativas e colocar até se for o caso, pessoas, técnicos para apoiar, para acompanhar, para assessorar os pequenos produtores rurais, na busca desses recursos junto ao Banco do Brasil, junto ao BANESTADO, ou outro agente financeiro caso venha a repassar também os recursos do PRONAF.

Porque não tenha dúvida, está acontecendo mais uma vez aquilo que já vimos acontecer em outras vezes, cria-se linha de crédito, que são de certa forma, linha de crédito favorecedora ao pequeno produtor, mas ele acaba não conseguindo ter acesso pela burocracia imposta pelo medo, pela ausência de sensibilidade muitas vezes da gerência de um banco lá no destino, lá próximo ao produtor rural.

Então, temos que fazer esse trabalho, tentar mobilizar e envolver as prefeituras municipais, envolver o Sindicato, as cooperativas localizadas em cada um desses municípios, porque senão acontece a mesma história que vem acontecendo há dezenas de anos, que é a história, por exemplo, da aposentadoria rural. O coitado que trabalhou tantos anos quando vai buscar a aposentadoria rural, vai lá no correio, chega lá preenche um questionário que ele não sabe preencher, sem assessoria nenhuma, vai o processo e volta, e passa anos e anos e não consegue aquele benefício. Está acontecendo a mesma coisa com o PRONAF, existem os recursos, existe o programa, só não existe boa vontade ou sensibilidade para que o produtor possa ter acesso a esse recurso importante à sua atividade rural.

O Sr. Toti Colaço - Só queria completar, Deputado Colombo, apenas deixar claro que na verdade não é o pequeno agricultor que causou estragos nos grandes bancos oficiais e não oficiais do nosso país. Só tomo por base, por exemplo, os financiamentos que o "leite soja" abocanhou do setor financeiro do nosso país. O "Panela Cheia", a inadimplência que foi apurada recentemente, foi de 1,5% e são financiamentos pequenos.

Então, deixar bem claro que o pequeno agricultor honra com seus compromissos. O operário paga a prestação da casa dele normalmente, paga a conta de luz, paga a conta de água. Muitas vezes se pega uma empresa que está passando por necessidade, vai ver a conta de luz quando já está na beira de uma auto-falência, falência ou concordata, é astronômica aquela conta de luz ou de água. No entanto, o operário, o trabalhador, o próprio trabalhador rural, a conta de luz dele está paga, a conta de água dele está paga. Os financiamentos agrícolas, financiados através do "Panela Cheia", foi exemplo concreto, inclusive, baseado no equivalente a produtos concretos, que é

viável ao agricultor dentro do nosso país, para podermos assentar definitivamente o pequeno agricultor, porque não é ele que quebra o banco e muito menos o governo.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Irineu Colombo.

Vossa Excelência aborda nesta tarde um assunto importante, fundamental, porque na verdade o PRONAF, hoje é o único financiamento existente, especialmente para este agricultor, o pequeno agricultor, o meeiro, enfim, aquele que não dispõe de outros recursos para financiamento.

Então, estamos já ouvindo essa novela, do governo federal, desde o ano passado, que vem rolando, rolando e infelizmente não termina nunca, e o agricultor acaba sendo a parte passiva desse processo, aonde a corda sempre acaba arrebentando.

Por isso que temos feito um trabalho, Sr. Deputado Irineu Colombo, no sentido de mandar ofícios ao Presidente da República, ao Banco Central, ao BNDS, ao Banco do Estado.

Tomei essa iniciativa individual, a fim de buscar que as autoridades, tanto o governo do Estado através do Banco do Estado se esmerem na liberação de recursos do PRONAF em função de que a alegação, de que a falta do aval para a liberação dos recursos dificulta, o banco fica sem a garantia na liberação e no caso de uma intempérie ou de uma frustração na safra, isso poderia ocasionar prejuízos ao banco, de fato não nos convence!

Então por isso, que estou aqui, parabenizando V. Exa. de novo, quanto o Deputado Toti Colaço, o Deputado Luiz Carlos Zuk, o Deputado Orlando, por demonstrarem essa preocupação profunda pela nossa agricultura que, hoje, vive um momento de grande asfixia, o agricultor está abandonando a roça, o pequeno, o mínimo, o médio, não está mais conseguindo viver dela em função do total abandono a que está relegado.

Por isso, Deputado, precisamos nesta Assembléia, somarmos esforços de todas as maneiras, de todo o conjunto deste Parlamento, a fim de sensibilizarmos. Hoje, ainda, pedi uma audiência com o Presidente do Banco do Estado para trazer agricultores lá da nossa região, para tratar sobre esta questão do PRONAF, e também do Panela Cheia, outro problema sério.

Por isso, o meu apoio a V. Exa. e vamos juntos somarmos esforços para resolver esse problema.

O SR. IRINEU COLOMBO - Muito obrigado, Deputado Nereu Moura!

A percepção e a falação de cada um dos Senhores Deputados mostrou que a decisão é uma decisão muito mais política do que técnica.

Então eis o caminho que devemos trilhar.

Que o PRONAF, já foi conseguido diante de uma mobilização nacional dos agricultores, dos pequenos agricultores, existia uma conjuntura até favorável diante de uma crise muito mais intensa no ano que passou.

Então teremos - como vários Deputados tiveram audiências acompanhando Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, - teremos hoje à tarde uma Delegação das Mulheres ligadas a FETAEP, estaremos falando com o Secretário Hermas Brandão que também se sensibilize com a nossa problemática, enfim vamos tentar convencer também o próprio Governo do Estado da importância dele interferir nesse processo.

Evidentemente, que o "abacaxi" está ficando um pouco mais para os Estados, enquanto que o Governo Federal vai à televisão e anuncia os recursos. O pequeno agricultor vê naquele recurso uma possibilidade de saída da situação caótica, mas encontra, como falou o Deputado Orlando Pessuti, empecilhos operacionais na hora da liberação, parece-me que esses empecilhos são propositalis. "Olha estou liberando tanto, telefona para o Gerente

e fala, tranca esse negócio, não pode soltar muito."

Então, a decisão é política, a decisão tem que ser política.

E, ainda, Srs. Deputados convém lembrar que os agricultores estão se organizando diante da não liberação desses recursos com mais agilidade e para maior número de agricultores, eles vão partir para uma ofensiva, inclusive, não descartando a hipótese de chamar a atenção, evidentemente, das autoridades estaduais e federais, trancando os bancos para que sejam, pelo menos, notabilizada a preocupação de cada agricultor.

Nosso Deputado Luiz Carlos Zuk, muito obrigado pela sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao próximo orador inscrito, concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Walmor Trentini.

O SR. WALMOR TRENTINI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença aqui neste Plenário do Vereador Sirval Beltrami, Presidente da Câmara de Vereadores de Tamboara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associada com a Mesa Executiva a ilustre presença.

Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Gostaria de anunciar e que fosse registrado nos Anais desta Casa a presença de autoridades do Município de Nova Aurora, vizinho do Município de Cascavel, dos Vereadores Marino Sas, o Arandilos e o Geninho e também deste grande Prefeito o nosso querido Delmo, que se faz presente, hoje, nesta tarde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado com a Mesa Executiva e os Parlamentares com assento neste Parlamento.

Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Na mesma linha da prestação dos demais colegas, apenas registrando o meu ilustre amigo Prefeito de Medianeira Luiz Zuzuki, Primeira-Dama, e também a Primeira-Dama do Município de Serranópolis do Iguaçu, recém criado o Município de Serranópolis do Iguaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Registrado e associado pela Mesa.

Em nome do Deputado Basílio Zanusso e desta Mesa Executiva anunciamos em nosso meio a presença de Durval Emílio dos Santos e José Orisvaldo Canali, Prefeito e vice-Prefeito de Altônia bem como dos Vereadores Anélito Detoni e Oswaldo Barella que nos honram com a sua presença. E em nome do ilustre Deputado Traiano o Prefeito do Boa Iguaçu, Sr. Ervino Alberton, Prefeito de Salgado Filho, Amarildo Smajotto e Prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, Napoleão Adarantes e ainda o Presidente da Câmara de Salgado Filho, Nadir Pastre.

Concedo a palavra ao ilustre Deputados Sâmis da Silva.

O SR. SÂMIS DA SILVA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou só fazer um registro do que aconteceu na Sessão da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu na noite

de ontem, fato triste e lamentável, mas só para fazer um registro da forma exorbitante como na sua 1ª Sessão de trabalhos, praticamente na instalação dos trabalhos legislativos e na 1ª Sessão de 97 a Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu afastou ontem por 90 dias o Vereador Vanis da Silva. O motivo do afastamento: falta de Decoro Parlamentar em decorrência da eleição da Mesa Diretora da Câmara em 03/01/97, onde numa forma vergonhosa 30 minutos antes da eleição houve um acerto e a Situação levou a eleição da Mesa da Câmara.

Tínhamos 13 votos fechados contra 8 da Oposição e em menos de 30 minutos, na forma mais escandalosa que se pode existir com cheque correndo de um lado para outro quase que publicamente, acertaram a eleição da Presidência da Câmara e a Situação elegeu o seu Presidente. Na hora da abertura dos envelopes na contagem dos votos, dentro de um envelope havia uma nota de 1 dólar e esta nota simbolizava o acerto, a corrupção que aconteceu minutos antes dentro desta eleição, pois bem, de lá para cá a Câmara não se reuniu mais, ontem foi a 1ª Sessão de trabalhos da Câmara de Foz do Iguaçu e num ato ditatorial o Presidente daquela Casa colocou em votação o pedido de afastamento do Vereador Vanis da Silva por falta de Decoro baseado única e exclusivamente num documento registrado em Cartório e assinado por um laranja dizendo que viu o Vereador colocar a nota de 1 dólar dentro do envelope da votação.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a votação foi secreta, existe uma cabina igual a esta e ninguém poderia ter visto o Vereador Vanis da Silva colocar esta nota de 1 dólar dentro deste envelope e por 13 votos favoráveis decidiram pelo afastamento do Vereador Vanis da Silva e em seguida abriram uma Comissão Especial de Inquérito para instaurar e apurar para pedir a cassação do Vereador Vanis, não foi sequer montado nenhuma Comissão Especial, não foi feito nenhum contraditório, não foi lhe dada a oportunidade de defesa, foi na 1ª Sessão Legislativa colocada a Plenário e 13 Vereadores decidiram pelo afastamento por 90 dias do Vereador Vanis da Silva.

Então só queremos registrar aqui a forma escandalosa como a Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, como a sua Presidência e a Mesa Diretora e os Vereadores de Foz do Iguaçu conduziram na noite de ontem a 1ª Sessão dando mostras o que será daqui para frente.

Era isto o que queríamos registrar nesta tribuna na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Questão de Ordem ao Deputado Edno Guimarães e concedo a palavra no Grande Expediente ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem) - Obrigado, Senhor Presidente.

Só para comunicar que está aqui nos visitando hoje o Prefeito de Vila Alta, Marco de Paula Farias e o vice-Prefeito, Valdecir Santini; e também os Vereadores, Presidente da Câmara Francisco Venturini, José Carlos dos Santos, Santo Martins de Mello, Geraldo Bassani, Antônio Leal de Mello, Adijalma Gonçalves, Clóvis Cardoso dos Santos e Jesus Valdecir Medeiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associada pela Mesa Executiva.

Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier no Grande Expediente.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Visitantes.

No dia 26 de fevereiro próximo passado fiz um Pedido de Informação para ser enviado ao Senhor Jaime Tadeu Lechinski, no qual solicitava informações sobre os pedidos de autorização para a divulgação de veículo, o PADV, ou seja, a publicidade do Governo Jaime Lerner nos dois anos anteriores, 95 e 96.

Tal Pedido de Informação foi rejeitado. Em função de ter sido rejeitado através de advogado constituído protocolamos pedido semelhante hoje no Palácio Iguaçu. E caso não responda entraremos com ação cautelar na Justiça para obter os direitos da informação.

Por que estamos querendo saber a respeito da publicidade no governo, buscar informações?

Temos um documento que não é oficial, extra-oficial, que estabelece que no mês de novembro do ano passado o Governador gastou dezessete milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos, sendo que dois milhões cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um e setenta e sete centavos estão no documento como comissão.

Gostaríamos de saber então se esse documento é verdadeiro, e se for verdadeiro porque essa despesa nesse montante de dezessete milhões de reais.

Sabemos por exemplo que em 1992 foram registrados cinco milhões, cento e dezoito mil, em 92, no ano todo de reais; agora dezessete milhões num único mês, é uma fortuna se compararmos com o que é colocado e investido em outros segmentos da nossa sociedade. E esse documento que temos aqui não demonstra coerência nessas despesas. Por que não tem coerência? Só um exemplo: enquanto uma TV a cabo como a Exclusiva recebe mais de um milhão; a TV Globo, com uma audiência fenomenal, recebe trezentos e trinta e nove mil. Não tem cabimento esse tipo de dispersões no Governo do Estado, e quero crer que esse documento, apesar de extra-oficial ele é verdadeiro, porque se não fosse verdadeiro teria sido aprovado o nosso Pedido de Informação no Plenário desta Casa, só rejeita Pedido de Informação quem tem razão para esconder alguma coisa, não pode ter transparência de tornar público informações, então rejeitam. É isso que é colocado. O que nos assusta, basta pegar os jornais e vamos verificar: "aposentada faz crítica ao IPE"; "servidores podem ficar sem hospitais"; "governo garante atendimento no IPE com repasse"; "os servidores públicos não têm atendimento médico, porque o IPE está falido".

Neste documento, no mês de novembro, o IPE gastou dois milhões, duzentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e um reais, e sessenta centavos. Dinheiro para publicidade, para propaganda do governo, sai do IPE, enquanto isso o servidor morre sem atendimento médico. Fica sem atendimento médico, sem internamento, que é um direito seu garantido pelo IPE.

O que nos assusta, é que ao folhear este documento está estabelecido nominalmente algumas despesas questionáveis, como os jornais internacionais, como o "Financial Times", revistas de circulação nacional, como "Veja", "Isto É", inclusive a Revista "Placar" ou uma Rádio de Londrina, "Brasil Sul", que no mês de novembro recebeu cento e quarenta e seis mil, seiscentos e dez reais.

Será que não é pagamento de campanha de segundo turno? Levanta-se esta interrogação, uma vez que o Pedido de Informação não se aprova.

Ainda, Senhores Deputados, sob a denominação de comunicadores aparece vereadores desta Cidade, como JP, três mil, cento e vinte e cinco reais; Osmar Bertoldi, três mil, setecentos e cinquenta reais; Dino Almeida, vinte mil reais, no mês de novembro. E qual é a isenção de Parlamentares, perante o governo, se ele está recebendo dinheiro do governo? E aparece nome de Parlamentares

desta Casa, como o ex-Líder do Governo, Algaci Túlio, com doze mil e quinhentos reais, no mês de novembro; e do Deputado Neivo Beraldin com cinco mil reais.

Por isso que não se pode aprovar Pedido de Informação nesta Casa, porque existe compromisso de alguns dos Senhores Parlamentares, que estão comprometidos com o Governo do Estado. E, aí, ele não tem isenção para julgar os atos do Senhor Governador. Aí, nega Pedido de Informação.

Pedido de Informação que deveria ser aprovado para que nós, Parlamentares, pudéssemos analisar as contas do governo. Verificar se ela está sendo gasta decentemente, como está sendo gasto.

O Deputado Valdir Rossoni colocou-se à disposição para marcar audiência com o Senhor Secretário.

Quero uma audiência com o Secretário Jaime Tadeu Lechinski, com toda essa documentação à mão, para que ele possa mostrar que isto não é verdadeiro. E espero que não seja. Porque é uma fortuna, se compararmos com o que se fala, como agora o governo vem dizendo, divulgando recentemente, que uma montadora vai ser instalada, em Quatro Barras. Vai investir seis milhões e cem mil, de acordo com o que foi divulgado na imprensa. Vou dizer até o nome dela, a Bertrand Faure Internacional, gasta seis milhões e cem mil para gerar empregos, e o governo num mês, joga três montadoras para fora do Palácio Iguaçu.

No ano passado estava orçado para ser gasto na área de saúde, Senhores Deputados, cento e trinta e nove milhões, e cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais. Se isso aqui for gasto todo mês, gastou 60% a mais em comunicação social do que para atender a saúde da população.

Portanto, dinheiro para a saúde não tem. Dinheiro para a educação não tem. Dinheiro para reajustar salário de servidor que há mais de um ano, há cerca de um ano e meio não tem sequer um reajuste. Ciência e Tecnologia não avança, as universidades estão sendo sucateadas, o serviço público está sendo sucateado.

No entanto o Governo do Estado não abre as suas portas na área da comunicação porque provavelmente deve, porque se isso não fosse verdadeiro o governo aprovaria nossos Pedidos de Informações, todos, não somente este, todos! Governo que não aprova Pedido de Informação é porque não quer transparecer o que ele faz, provavelmente nem tudo que é feito é dentro da honestidade requerida para se ocupar um cargo público, senão se aprovaria Pedido de Informação!

Essas são despesas assustadoras, estão aqui no envelope o nome de todas as empresas de comunicação que naquele mês receberam. Não é possível torná-los públicos porque são considerados extra-oficiais.

Desejo os documentos oficiais, não só de novembro, dos dois anos de mandato do Sr. Governador Jaime Lerner que, enquanto Prefeito de Curitiba, gastou mais em publicidade do que o Estado de Santa Catarina, do que o Estado do Espírito Santo, de acordo com a Nielsen Publicidade, que faz a pesquisa de mercado.

É assim que se constrói o "Paraná Novos Caminhos", que diz o Governador? É desta maneira, através da publicidade? Ou é através do trabalho sério e transparente, que é o que desejamos.

Concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Excelentíssimo Deputado Rosinha, gostaria só de ressaltar o que V. Exa. no seu pronunciamento colocou muito bem, que este documento que V. Exa. tem em mãos é extra-oficial, qualquer pessoa poderia e pode fazer uma montagem.

Quero deixar claro que este documento que V. Exa. tem em mãos não tem nenhuma veracidade.

Era só isso, obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Líder do Governo, V. Exa. disse na semana passada que estava à disposição do Deputado que desejasse audiência com o Secretário. Aguardo a audiência com o Sr. Secretário para verificarmos estes documentos. Naquela ocasião o Senhor se colocou à disposição e se retirou da Sessão, agora está repetindo o mesmo gesto o que significa que não há vontade de fazer isso, porque fala, fala mas se retira em todas as ocasiões.

Estou aguardando a audiência.

Concedo o aparte ao Deputado Horácio Rodrigues.

O Sr. Horácio Rodrigues - Muito obrigado Deputado Rosinha.

É estarecedor quando V. Exa. cita o fato que Vereadores da Capital e Deputados receberam verbas do governo. Se esse documento que V. Exa. tem não é oficial a sua fala, sim, é oficial, V. Exa. está falando como Deputado.

Não creio que um Vereador como Osmar Bertoldi, filho de um grande empresário do transporte coletivo de Curitiba, hoje 1º Secretário da Câmara Municipal de Curitiba, não creio que um ex-Deputado como Algaci Túlio tenha recebido dinheiro do governo para coisas que não sejam legais e da forma legal.

Vou procurar me informar e venho aqui à Plenário trazer também esta minha preocupação. Quero saber quanto ganha, acho que V. Exa. quer saber quanto ganha a empresa de comunicação do Dr. Paulo Pimentel, quanto recebe a Globo, é isso que V. Exa. quer saber.

Acho que se o governo, como tem a maioria, não aprovou o Pedido de Informação de V. Exa., me proponho ir junto com V. Exa. a esses órgãos de imprensa ver a contabilidade deles. Se é uma briga que V. Exa. quer com a imprensa, com o dinheiro da imprensa, vai V. Exa., eu vou atrás.

Muito obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Em primeiro lugar quero dizer o seguinte, não estou brigando com a imprensa. Estou brigando com o Governador do Estado que não aprova Requerimento nesta Casa, estou questionando a prioridade de um governo. A prioridade do Governador é comunicação ou é saúde e educação? Tem que deixar claro, minha briga não é com nenhum órgão de imprensa, é quais são...

O Sr. Horácio Rodrigues - Se eles podem pegar o dinheiro V. Exa. não acha ruim, acha ruim porque o Governador dá.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Deputado Horácio Rodrigues, eu, na minha vida política e pública, sempre disse o seguinte, me considero socialista. Vivo num Regime Capitalista. Se qualquer empresário deseja vender o projeto dele, o programa, o objeto, a mercadoria dele e acha comprador, ele põe o preço que ele assim o desejar. A imprensa está pondo o seu preço e o comprador está comprando, agora, o empresário estabeleceu um preço, mas se esse preço é justo ou injusto, é o Governador que tem que dizer. Agora tenho que dizer o seguinte, é muito o que se gasta, é esse o meu questionamento, é muito o que se gasta. E se esse documento é extra-oficial estou aqui nesta tribuna porque quero o oficial, porque eu também não quero crer que essas personalidades receberam este dinheiro. Quero crer que não seja verdade, mas essa verdade é o Governador que tem que nos dar acesso a documentação e a informação e a Bancada que sustenta o Governador orienta a não dar essa informação.

Está aí agora a Renault fechando na Bélgica, despedindo milhares de trabalhadores porque lá ela está fa-

lida, mas aqui ela leva quantos milhões, terreno gratuitamente, quantos anos de isenção, o Paraná vai lhe dar lucro e não podemos saber qual é o lucro da Renault. Que sistema capitalista é esse? Agora posso questionar a prioridade de um governo. Por que que a prioridade não é saúde e educação? E vou questionar. Porque não é agricultura com o pequeno agricultor falindo? Por que que não é servidor público? É essa que é a questão da prioridade. Não estou questionando se esse órgão ou aquele está recebendo isso ou não. Agora, se é verdadeiro que Parlamentares estão recebendo isso é ilegal, isso acaba com a isenção deles - não é questão de imoralidade, é questão de ilegalidade se tiver Parlamentares recebendo.

É esse o meu questionamento.

O Sr. Péricles Mello - Deputado Rosinha, queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento e na condição de Líder do PT dizer que temos que levar até as últimas consequências as nossas lutas para obter informações do Governo do Estado. Não é possível que depois de mais de 20 anos de luta social para acabar com a Ditadura neste país, estejamos num governo que se diz "democrático" e não possamos, na condição de Deputado receber informação. O governo se nega, sistematicamente, a fornecer informação ao povo do Paraná. O máximo que a Liderança do Governo permite é chamar informalmente um Secretário para dar informações verbais para nós, apenas e não com documento.

Parece que o governo tem medo de fornecer documentos oficiais para os Deputados, quando sabemos que o direito a informação é um direito de cada cidadão deste país, assegurado constitucionalmente. Temos o compromisso ético, moral e o dever político de levar até as últimas consequências essa luta jurídica para obter as informações.

É um absurdo.

Estive agora em Tibagi, numa reunião da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, e o Secretário Rafael Greca disse com todas as letras que não vai dar informação ao Senado, condenou o Senador Roberto Requião por segurar o "Paraná 12 meses" dos pequenos produtores, e disse: "o governo não vai dar porque é segredo comercial". E disse que é segredo comercial porque se uma empresa souber quanto o governo do Estado pagou, a outra empresa vai querer a mesma coisa. Esse é o motivo alegado pelo Governo do Estado, se a Chrysler souber quanto a Renault gastou vai querer no mínimo a mesma coisa. Isso é uma falácia, não podemos, o governo é público, não podemos aceitar calados esse tipo de coisa.

Temos que registrar aqui também, Deputado Rosinha, as palavras que devem ser registradas na Ata dessa reunião do Líder do Governo dizendo que esse documento que o senhor leu é falso. Isso é importante. Ele declarou isso. E vamos conseguir na Justiça a informação real do governo para sabermos realmente esse documento é falso, porque acho muito difícil um documento como esse levar dúvidas, tem algum motivo para esse documento estar em suas mãos.

Parabéns pelo pronunciamento e temos que ir por esse caminho para instituir de novo o estado de direito do Paraná.

O sr. Luiz Claudio Romanelli - V. Exa. traz à tribuna nesta tarde um dos assuntos que são tabu nesta Casa.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Só para lembrar ao Deputado, foi aprovado um requerimento de autoria do Deputado Calto Quintana, que esperamos que seja respondido honestamente, corretamente aquele Pedido.

Esperamos isso!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Ele é da maior importância, porque é claro que até é deferido constitucionalmente. Um governo deve e pode sim fazer prestação de contas das obras, dos serviços das suas ações do governo. Agora o que nós estamos assistindo no Paraná nos últimos dois anos, é ver o governo gastar no ano de 95, 38 milhões de reais, e os dados estão aqui nesta Casa, na Comissão de Tomada de Contas. Basta ver o relatório do que o governo gastou em propaganda no ano de 95. No ano de 96, o governo gastou mais de 63 milhões de reais, não está fechado ainda o balanço de que o governo gastou em propaganda no ano de 96. Não há precedentes. Isso é o que gastavam os governos anteriores em 5 anos. Os fatos na verdade são muito graves. E mais grave ainda a gente verifica ao ler o relatório. Este relatório na verdade, não vamos questionar aqui o que o governo gasta e paga nos veículos de comunicação social, as emissoras de Rádio e TV e Jornais que existem, que têm tiragem, que circulam normalmente, que têm mídia, que podem ser enquadrados na mídia técnica. O surpreendente neste relatório é ver os laranjas. É ver na verdade os laranjas, é ver na verdade aqueles que certamente estão fazendo caixa para beneficiar a quem está assinando a ordenação de despesa. Eu estou questionando aqui, concreta e objetivando o Secretário da Comunicação Social o Jayme Tadeu, ele tem que ser questionado porque destinar recursos para o pagamento dos veículos que existem é absolutamente normal. Mas quando se pega a listagem Deputado Alborghetti se verifica que ali V.Ex.^a, precisa ver o que têm de laranja que recebe dinheiro. Então eu queria Deputado Florisvaldo Fier, naturalmente V.Ex.^a, começa a abordagem e eu li relatório igual a esse, referente ao mês de outubro, só no mês de outubro foram 14 milhões de reais. Então é na verdade um grave desvio de conduta por parte do Secretário do Estado e da Comunicação Social que têm que ser sim apurado por esta Casa. Meus parabéns a V.Ex.^a, que mexe num assunto que é tabu.

O SR. FLORISVALDO FIER - Agradeço o aparte de V.Exa. e do Deputado Péricles. Quero dizer aos Srs. Deputados que para que se possa deixar tudo claro, para que isso seja apenas equívoco, que o governador remeta para esta Casa, toda a documentação solicitada ou que responda o ofício protocolado hoje, no protocolo do Sistema Integral do Palácio Iguaçu, feito pelo nosso Advogado, devidamente constituído e em nosso nome. Caso não respondida teremos toda a disposição de entrar com a ação cautelar para obter essas informações, porque são graves. E, mais uma vez quero dizer que, o que questiono é o Governo do Estado e não os órgãos da imprensa que estão vendendo o seu artigo, a sua mercadoria. Estou questionando o Jaime Tadeu Leshinski e a maneira como é usado este dinheiro. E o mês de novembro deu dezessete milhões, porque provavelmente é para pagar campanha eleitoral deste Estado todo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças, PSDB, PTB, PMDB, PDT, Liderança do Governo. (Todas Declinam)

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 363/96, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Léo Fernando da Silva Dietzel. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 120/96, de 13.08.96).

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 363/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Léo Fernando da Silva Dietzel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.03.97
(aa) WALMOR TRENTINI - Presidente
BÁSILIO ZANUSSO - Relator.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 511/96, que autorizar o Poder Executivo a efetivar a doação de Pá Carregadeira à Prefeitura de Palmeiras. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 181/96, de 25.11.96).

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 511/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizar a efetivar a doação à Prefeitura Municipal de Palmeira, uma Pá Carregadeira Michigan 55C, articulada, série 4247 E/163BRC - motor à diesel, ano de fabricação 1986.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.03.97
(aa) WALMOR TRENTINI - Presidente
BÁSILIO ZANUSSO - Relator.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a retroceder ao Município de Paçandu data de terra e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J., C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 402/95.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/95, de autoria do Deputado Elío Lino Rusch, que autoriza o

Poder Executivo a doar os materiais de pesca apreendidos pelo IAP à Instituição de Pesquisa e/ou Colônias de Pesca, e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., Com EMENDA da C.C.J., com **PARECER FAVORÁVEL**.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Elío Rusch, devidamente apoiado, nos seguintes termos.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 561/95

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a doar os materiais de pesca por aquele instituto ou por seu conveniados, a Instituições de pesquisa, associações de pescadores ou agricultores amadores estabelecidos neste Estado, e registrados junto ao órgão Federal ou Estadual competente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.03.97.

(a) ELIO RUSCH.

Apoio: César Seleme,
Luiz Accorsi,
Júlio Ando,
Hidekazu Takayama
e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente substitutivo geral ante a necessidade de sanar impropriedade de natureza técnico-legislativa, contida no artigo 2º da emenda nº 2 da CCJ e que inviabiliza o presente projeto de lei, porque intolerável imposição do prazo para regulamentação do projeto de lei autorizatório.

No mais, importa ampliar o rol dos beneficiados do material apreendido para alcançar os aquicultores em geral.

O Projeto será encaminhado à C.C.J., para Parecer.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/96, de autoria do Deputado Reny Borsato, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jacarezinho área de terras de 4.101,00 m2 com área construída de 1.611,36 m2, pertencente a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme específica. **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado**, artigo por artigo.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 036/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a Aliar a José Pereira da Silva, o Lote nº 24, do imóvel Limoeiro, situado no município de Adrianópolis. **COM PARECERES FAVORÁVEIS** DA C.C.J. e C.A.J.C.. **Aprovado**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 036/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 24 do Imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis, Comarca de Bocaiúva do Sul, a José Pereira da Silva.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator.

NELSON JUSTUS - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 30/96

P A R E C E R :

Oriunda da Mensagem Governamental nº 020/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a José Pereira da Silva o lote nº 24 do Imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis, comarca de Bocaiúva do Sul.

De acordo com art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta Augusta Assembleia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 036/96

P A R E C E R :

RELATÓRIO

O presente Projeto de Resolução tem origem na Mensagem Governamental nº 20, com o objetivo de alienar o lote nº 24 do imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis, Comarca de Bocaiúva do Sul, a José Pereira da Silva.

FUNDAMENTAÇÃO

Os órgãos competentes do Poder Executivo examinaram devidamente o processo, tendo o mesmo recebido pareceres favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria de Estado de Governo.

CONCLUSÃO

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favorável a aprovação do Projeto de Resolução em epígrafe.

Sala das Comissões, em 27.11.96

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 037/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo o Lote nº 3 e Lote nº 5 do imóvel Sitinho, situado no município de Adrianópolis, a Antônio Gonçalves dos Santos, Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.L.C.. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 037/96

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 3 e lote nº 5 do Imóvel Sitinho, situado no Município de Adrianópolis, Comarca de Bocaiúva do Sul, a Antônio Gonçalves dos Santos.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 031/96

P A R E C E R :

Oriunda da Mensagem Governamental nº 021/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Antônio Gonçalves dos Santos os lotes nºs 3 e 5 do Imóvel Sitinho, situado no Município de Adrianópolis, Comarca de Bocaiúva do Sul.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta Augusta Assembleia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 037/96

P A R E C E R :

RELATÓRIO

O presente Projeto de Resolução tem origem na Mensagem Governamental nº 21/96, com o objetivo de alienar os lotes nºs 3 e 5 do imóvel Sitinho, situado no Município de Adrianópolis, Comarca de Bocaiúva do Sul, a Antônio Gonçalves dos Santos.

FUNDAMENTAÇÃO

O órgão competentes do Poder Executivo examinaram devidamente o processo, tendo o mesmo recebido pareceres favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria de Estado de Governo.

CONCLUSÃO

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favorável a aprovação do Projeto de Resolução em epígrafe.

Sala das Comissões, em 27.11.96

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura e em seguida ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Quero registrar a honrosa presença do Vice-Prefeito de Bragança L. Ramos e do Vereador O. Carre.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, e Srs. Deputados, na condição de Líder da Bancada do PMDB, quero mais uma vez conchamar a todos os integrantes da nossa Bancada e tenho certeza, solicitar também aos demais Parlamentares desta Casa, o apoio e a aprovação ao Requerimento de autoria do

Deputado Horácio Rodrigues, que pede informações ao Governo do Estado quanto as possíveis indústrias trazidas ao Estado do Paraná durante o período de Governo de Alvaro Dias, Ari Queiroz, durante o período de Governo Roberto Requião e Mário Pereira. E fazemos isso dentro do mais elevado espírito democrático que deve nortear as ações deste Parlamento, e fazemos isso também, com muita tranquilidade, porque tivemos o privilégio de estar nesta Casa nos últimos 14 anos, participando dos 4 anos de Governo José Richa, João Elísio, dos 4 anos de Governo Alvaro Dias e Ari Queiroz, e dos 4 anos de Governo de Roberto Requião, Mário Pereira e agora desses 2 anos Jaime Lerner e Emilia Belinati. E fazemos isso com tranquilidade, porque pudemos assistir ao longo desses 8 anos, Alvaro Dias e Roberto Requião, tudo aquilo que se fez em favor do desenvolvimento do Estado do Paraná e diga-se de passagem, um desenvolvimento, não centralizado apenas e tão somente numa determinada região do Estado. Mas também apoiando está região do Estado. No Governo Alvaro Dias, quem não se lembra como foi que aconteceu a implantação numa parceria com o Ministério da Indústria e Comércio, junto as Usinas de Açúcar e de Alcool, do estado do Paraná, da ampliação dessas Usinas, mas principalmente, naquela ocasião a produção de pelo menos 4.500,00 sacas de açúcar. Foi no Governo de Alvaro Dias que se iniciou, se prosseguiu com muita guerra diga-se de passagem, a construção daquilo que para muitos não pode ser uma indústria mas, que certamente é uma indústria de geração de energia, foi a Usina de Segredo.

Além disso, iniciadas no Governo de João Elísio e José Richa concluiu-se no Estado do Paraná, quase uma dezena de indústrias de fiação utilizando-se o produto algodão. Foi no Governo Alvaro Dias, Roberto Requião, Mario Pereira, que iniciou-se a grande revolução em favor da Citricultura, hoje implantada já em larga escala industrial na região de Paranaval e vai evidentemente, por aí a fora, a questão da seda e tudo mais. E quando a gente fala que foi uma ação de desenvolvimento para todo o Estado do Paraná, talvez uma que deva ficar aqui registrada foi no Governo Roberto Requião que se pagou a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Então essas coisas todas, certamente, ao responder ao pedido de informações do meu nobre amigo companheiro Horácio Rodrigues, deverá o Governo do Estado certamente, constar. E lógico todas aquelas outras ações que foram desenvolvidas em favor da industrialização do nosso Estado. A industrialização não talvez de grandes empresas, mas daquelas centenas e milhares de pequenas empresas que se instalaram no Estado do Paraná, gerando empregos através do programa "Bom emprego" que se implantou através do Banestado e sua carteira de fomento. Por essa razão, estamos favoráveis ao pedido de informações porque tenho certeza que todos os parlamentares haverão de se surpreender com o volume de investimentos e recursos que o Estado do Paraná, de uma forma abrangente, interiorizada fez na aplicação de recursos em favor da industrialização e geração de empregos em todo o Estado do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, após a manifestação do Deputado Orlando Pessuti, eu gostaria de registrar a votação favorável, Deputado Horácio, da Bancada do PMDB e de chamar a atenção, porque o requerimento encaminhado ao governo do Estado do Paraná deve trazer a resposta exata daquilo que foi feito nesses governos, sem omitir, por exemplo, o apoio dado à citricultura, sem omitir que talvez o Banco do Estado do Paraná, através de um programa lá firmado de "Bom Emprego Urbano" as dezenas, centenas de pequenas empresas instaladas nos pequenos municípios, 5, 10 por município, gerando 4, 5 empregos na base do Es-

tado do Paraná e que fizeram com que se desenvolvesse e se fixasse trabalhadores sem o inchaço da propaganda desmedida que acontece na capital.

Chamo a atenção porque a resposta é endereçada ao Governo do Estado que talvez não tenha o conhecimento pleno de tantas e tantas indústrias. Faria um adendo, que talvez apresente amanhã, se possível, para votação também nesta Casa, uma pergunta a mais, Deputado Horácio: "Quanto custou ao Erário Público do Paraná a implantação das indústrias do governo Roberto Requião e Alvaro Dias?" Gostaria que aprovassem também requerimento já rejeitado muitas vezes por nós. "Quanto está custando para o Erário Público do Paraná as indústrias implantadas agora que geraram e gerarão bem menos emprego do que as geradas em governos anteriores?"

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento. Aprovado.

Requerimento nº 240, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 225 e 226, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 227, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 232 a 236, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 237, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 238, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 239, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. SÂMIS DA SILVA (Pela Ordem) - Sr. Presidente eu gostaria de registrar que está presente aqui nesta tarde aqui nesta Casa, chefe de gabinete do prefeito, homem que conduziu o afastamento do vereador V. da Silva. Esse Adilson Rabelo que já foi vereador em Foz do Iguaçu e hoje ocupa a chefia de gabinete do prefeito de Foz do Iguaçu, há muitos anos atrás entrou para a história de Foz do Iguaçu como homem que assaltou o Banco Bamerindus em Foz do Iguaçu e hoje está presente aqui nesta Casa e eu gostaria que a segurança o revisasse no final, para ver se não está "batendo carteira".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sr. Deputado Sâmis da Silva gostaria que se aproximasse da Mesa Executiva para tomar as medidas cabíveis ao que V.Exª. levanta nesta oportunidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra Senhores Deputados para uma sessão solene, para quarta-feira dia 05, às 16:00 horas, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ocasião em que este Poder outorgará o Título de Cidadã Benemérita do Paraná à Sra. Elisa Checchia

Noronha.

Marco ainda, uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 509/96 e dos de Resolução nºs 029 e 032/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 035, 036 e 037/96.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 13ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e seis, às dez horas da manhã, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na Sala das Comissões, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Proposição nº 003/95, Relatada pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, com PARECER FAVORÁVEL - Aprovado. A segunda Proposição em pauta foi a de nº 074/96, Relator, o Senhor Deputado Elio Lino Rusch, optou pela sua aprovação, emitindo PARECER FAVORÁVEL - Aprovado. A seguir o Senhor Deputado Dúlio Genari relatou a

Proposição nº 075/96, regulamentada pela Resolução nº 055/83, de 03 de outubro de 1983. O Senhor Relator opinou pelo PARECER FAVORÁVEL - Aprovado. Prosseguindo, relatou-se a Proposição nº 076/96, Regulamentada pela Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992. O Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti relatou a presente Proposição, optando pelo PARECER FAVORÁVEL - Aprovado. O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Valdir Rossoni, passou a palavra a todos os presentes, que após analisarem exaustivamente a pauta da reunião, decidiram pela aprovação das referidas prestações de contas por unanimidade. Para concluir o Senhor Presidente, marcou a próxima reunião quando da existência de matéria referente à Comissão e agradeceu a presença de todos desejando um Feliz Natal e um Ano Novo de muito trabalho e realizações. Nada mais tendo a tratar, deu por encerrada a reunião, e, para constar, eu, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas, lavrei a presente Ata, que após lida, achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, Senhor Deputado Valdir Rossoni, pelos Senhores Deputados membros da mesma presentes e por mim, que a Secretariei.

(aa) VALDIR ROSSONI - Presidente da
Comissão de Tomada de Contas
MARIA REGINA SUBTIL
Secretária
ÉLIO LINO RUSCH
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
DÚLIO GENARI